

43º Encontro Anual da Anpocs

Caxambú, 21 a 25 de outubro de 2019

Seminário Temático 10 – Democracias em crise: instituições, controles e participação

Painel: Crise da democracia e da representação

Título: Democracias em crise, ascensão de autoritarismos competitivos e implicações para América Latina: a Terceira Onda de reversa em perspectiva

Autor: Carlos F. Domínguez Avila – Centro Universitário Unieuro

Introdução

Numerosos autores e instituições acadêmicas de prestígio mundial têm alertado, ao menos desde 2008, sobre um alto e crescente número de países que se afastam de um modelo de democracia liberal; isto é, de uma poliarquia, no sentido dahliano do termo (Dahl, 2016, p. 97ss). Resumidamente, uma poliarquia é um regime político com seis instituições democráticas fundamentais: funcionários eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes de informação diversificadas; autonomia para as associações; e cidadania inclusiva.

Nesta comunicação, constata-se que a desilusão de muitas sociedades em face ao funcionamento do sistema democrático acaba correlacionada com uma verdadeira onda reversa ou de autocratização, de alcance mundial e, naturalmente, com implicações no continente latino-americano e caribenho. Nesse diapasão, Samuel Huntington (1994, p. 23) ponderava que,

Uma onda de democratização é um grupo de transições de regimes não-democráticos para democráticos, que ocorrem em um período de tempo específico e que significativamente são mais numerosas do que as transições na direção oposta durante tal período. Uma onda normalmente envolve também liberalização ou democratização parcial nos sistemas políticos que não se tornam completamente democráticos. Três ondas de democratização ocorreram no mundo moderno [...] A cada uma das duas primeiras ondas de democratização seguiu-se uma onda reversa, em que alguns países, mas nem todos os que previamente haviam feito a transição para a democracia, reverteram para uma ordem não-democrática.

Com efeito, Huntington identificou três ondas de democratização (1828-1926, 1943-1962; e 1974-em andamento em 1991). Segundo o mesmo autor, essas ondas de democratização foram intercaladas por duas ondas reversas – ou de autocratização – (1922-1942 e 1958-1975). Para os fins desta comunicação, parece pertinente levar em consideração que o politólogo norte-americano era consciente que a terceira onda de democratização ainda vigente em 1991 teria que concluir em algum momento, e que seguramente acabaria sendo substituída por uma onda reversa ou de autocratização.

A partir de uma leitura das duas primeiras ondas reversas ou de autocratização, Huntington (1994, p. 283s) chegou a projetar algumas causas de uma futura terceira onda reversa, dentre elas: “falhas sistêmicas dos regimes democráticos para operar efetivamente podem solapar sua legitimidade”; um “colapso econômico geral internacional”; “uma guinada para o autoritarismo dada por qualquer grande potência democrática ou democratizadora”; “a autocratização de vários pequenos países recém-democratizados com efeitos em outros países de uma mesma região (bola de neve reversa)”; o expansionismo político-militar de uma potência não-democrática atentando contra a soberania de países de orientação democrática; e/ou o surgimento de novas formas ou de estilos de autoritarismos.

Em mais de um sentido, conceituados autores e instituições de pesquisa têm confirmado que, atualmente, uma terceira onda reversa ou de autocratização está vigente. Perceba-se que não se trata de uma simples crise de governo ou da legitimidade de um governante específico – algo que poderia ser considerado até normal, já que os regimes democráticos geralmente são dinâmicos, flexíveis, adaptáveis, e em constante evolução. Destarte, uma onda reversa/autocratização implica um questionamento vital da legitimidade de regimes políticos de orientação democrática, com a possibilidade de uma eventual transição autoritária em um conjunto de países.

As causas, os atores, as tendências e as implicações regionais ou latino-americanas desta onda de autocratização podem ser debatidas. Contudo, parece evidente que os cientistas sociais, em geral, e os politólogos, em particular, devem examinar teórica e empiricamente este fenômeno da contemporaneidade em nosso continente – inclusive ponderando possíveis remédios ou alternativas para resistir com eficiência às tentações autoritárias de origem endógeno e exógeno.

Em termos analíticos, a presente comunicação aceita o esquema proposto pelo politólogo português Antonino Castaldo (2018). Basicamente, o Antonino Castaldo propõe uma tabela para o estudo das dimensões da crise da democracia com dois colunas ou eixos verticais denominados de nível interno e nível internacional, complementados por dois linhas ou eixos horizontais denominados de dimensão objetiva e dimensão subjetiva. Nas interseções das linhas e colunas teremos quatro espaços para o estudo da crise da democracia: a) a crise da democracia a nível interno: a dimensão objetiva; b) a crise da democracia a nível interno: a dimensão subjetiva; c) a crise da democracia a nível internacional: a dimensão objetiva; e d) a crise da democracia a nível internacional: a dimensão subjetiva (conferir tabela 1).

Tabela 1: As dimensões da crise da democracia nos debates atuais

	Nível interno	Nível internacional
Dimensão objetiva	Agravamento nas dimensões chave da democracia eleitoral	Diminuição do número de democracias diante do processo de autocratização
Dimensão subjetiva	Declínio do apoio cidadão ao regime democrático	Perda de prestígio do modelo democrático

Fonte: Castaldo (2018).

Ainda no campo teórico-metodológico, a presente comunicação aceita as recomendações do politólogo italiano Leonardo Morlino (2011) para o estudo da qualidade da democracia. Cumpre assinalar que o modelo analítico de Morlino recolhe a evolução conceitual da teoria democrática, desde as contribuições da democracia liberal,

passando pelos democratas-participativos, pelos democratas-deliberativos, e mais recentemente pelos democratas-radicais.

Resumidamente, para Morlino, uma ‘boa’ democracia ou uma democracia de qualidade é, em primeiro lugar, um regime legitimado e estável, onde os cidadãos estão satisfeitos, já que os governantes eleitos são capazes e estão dispostos – pela via institucional – a atender suas necessidades e demandas (qualidade de resultados); em segundo lugar, as comunidades e os cidadãos disfrutam de liberdade, cidadania, direitos humanos e igualdade/solidariedade além do mínimo vital (qualidade de conteúdo); e em terceiro lugar os cidadãos de uma democracia de qualidade devem estar capacitados e dispostos a monitorar e avaliar a traves de eleições – ou indiretamente, por outros mecanismos e instâncias – o desenvolvimento das atividades do Estado e o predomínio da Lei (Morlino, 2011).

De forma ainda mais explícita, Morlino (2011, p. 7) entende que uma democracia de qualidade é “uma estabilizada estrutura institucional que realiza a liberdade e a igualdade dos cidadãos mediante o legítimo e correto funcionamento de suas instituições e mecanismos.” Isto é, trata-se de um regime político legitimado que consegue satisfazer os seus cidadãos, onde razoavelmente se realizam a liberdade, a igualdade, a cidadania, os direitos humanos, e onde os homens e mulheres detêm o poder para avaliar o governo.

É pertinente registrar que o modelo analítico do politólogo italiano se desdobra em oito dimensões específicas. As referidas dimensões são: o Estado de Direito, a prestação de contas eleitoral, a prestação de contas interinstitucional, a participação política, a competição política, responsividade, a liberdade, e a igualdade/solidariedade. Essas dimensões permitem realizar estudos de caso em países historicamente determinados, bem como propor análises comparativas entre países.

Nessa linha, a pergunta-orientadora desta comunicação é a seguinte: quais os principais impactos da terceira onda reversa/autocratização no devir dos sistemas políticos democráticos atualmente existentes na maioria dos países da América Latina? A hipótese de trabalho sugere que a terceira onda reversa/autocratização teria gerado tensões, erosão, crises e até retrocessos na qualidade da democracia existente em não poucos países do continente, contudo a resiliência dos regimes democráticos latino-americanos nesta onda reversa teria – sido até o momento – bastante elevada e inesperadamente satisfatória; todavia, essa constatação autorizaria a manifestar um cauto

otimismo sobre as tendências e perspectivas futuras dos sistemas democráticos nesta macro-região do planeta.

A crise da democracia latino-americana a nível interno: dimensão objetiva

Nesta seção interessa verificar principalmente o agravamento nas dimensões chave da democracia eleitoral e a evolução quantitativa dos regimes políticos latino-americanos, particularmente os indicadores eleitorais. Utiliza-se para tanto, os dados fornecidos pelo projeto V-Dem. Nesse diapasão, Anna Lührmann e Staffan I. Lindberg (2019), dois dos mais importantes pesquisadores e coordenadores do projeto V-Dem, publicaram um importante artigo onde confirmam convincentemente a existência de uma onda reversa ou de autocratização. Na opinião dos autores desse artigo, a terceira onda reversa/autocratização implica um declínio dos atributos dos regimes democráticos. Eles ponderam que, em contraste com eventos semelhantes do passado, a atual onda de autocratização caracteriza-se pelos seus retrocessos graduais, pela discrição dos dirigentes políticos, e pela manutenção de formalidades legais-institucionais. Muitas vezes, políticos acessam legalmente ao poder e, depois, de forma gradual, intencionada e bem-sucedida, conseguem enfraquecer as normas de controle e responsabilização democráticas sem abolir as principais instituições da República.

Em contraste com os típicos golpes militares de passadas ondas reversas, os autores em referência identificam uma onda de autocratização em todo movimento de distanciamento de um modelo de democracia liberal completamente realizado, inclusive situações híbridas e até em recrudescimento despótico em regimes que já são autoritários. Em termos operativos, eles ponderam o seguinte: “Nós definimos uma onda de autocratização como *o período de tempo durante o qual o número de países de orientação democrática declina e ao mesmo tempo a autocratização atinge mais e mais países*” (p. 8, itálico no original).

Seguindo os parâmetros teórico-metodológicos do projeto V-Dem, Lührmann e Lindberg (2019) pressupõem a existência de quatro tipos de regimes políticos. Dois de natureza democrática: a Democracia Liberal (DL) e a Democracia Eleitoral (DE). E dois de natureza autoritária: o Autoritarismo Eleitoral (AE) e o Autoritarismo Fechado (AF).

Nesse contexto, o processo de autocratização implica a imposição de processos e iniciativas políticas que resultem em um deslocamento ou guinada orientada ao polo autoritário do modelo, inclusive a denominada erosão democrática, a ruptura democrática e a consolidação autoritária (conferir Tabela 2).

Tabela 2: Tipologia de regimes políticos e processo de autocratização

Autoritarismo		Democracia	
Ausência de eleições livres, justas, frequentes e pluralistas, bem como falta de pré-requisitos institucionais mínimos		Eleições livres, justas, frequentes e pluralistas, bem como atenção de pré-requisitos institucionais mínimos	
Autoritarismo Fechado	Autoritarismo Eleitoral	Democracia Eleitoral	Democracia Liberal
Ausência de pluralismo e competição na escolha do titular do executivo	Eleições para o titular do executivo com mínima competição política	Nem todos os princípios e instituições da democracia liberal satisfeitos	Todos os princípios e instituições da democracia liberal satisfeitos

Fonte: Mechkova, Lührmann e Lindberg (2017).

Para os fins desta comunicação é particularmente relevante considerar o denominado Índice de Democracia Eleitoral, isto é, uma das principais dimensões do projeto V-Dem. O Índice de Democracia Eleitoral está integrado por indicadores de sufrágio, funcionários eleitos, eleições limpas, liberdade de associação, e liberdade de expressão/fontes de informação diversificadas. Nesse contexto, os resultados dos países latino-americanos e caribenhos acompanham a tendência de reversão/autocratização observada em outros continentes desde 1994, e particularmente desde 2006 (conferir Tabela 3).

Tabela 3: Categorias de regimes políticos na América Latina e Caribe, 2006-2018

País	2006	2016	2018
Barbados	DL	DL	DL
Costa Rica	DL	DL	DL
Trindade e Tobago	DL	DL	DL
Uruguai	DL	DL	DL-
Chile	DL	DL	DE+
Panamá	DL-	DE+	DE+
Suriname	DL	DE+	DE+
Argentina	DE	DL-	DE
Bolívia	DE	DE	DE
Brasil	DL	DE	DE
Colômbia	DE-	DE+	DE
Rep. Dominicana	DE	DE	DE
Equador	DE	DE	DE
El Salvador	DE	DE	DE
Guiana	DE	DE+	DE
Jamaica	DE-	DL-	DE
México	DE	DE	DE
Paraguai	DE	DE	DE
Peru	DE+	DE+	DE
Guatemala	DE	DE	DE-
Haiti	AE+	AE+	AE
Honduras	DE	AE+	AE
Nicarágua	DE	AE	AE
Venezuela	AE+	AE	AE
Cuba	AF	AF	AF

Fonte: Mechkova, Lührmann e Lindberg (2017) e V-Dem Institute (2019). DL significa Democracia Liberal; DE significa Democracia Eleitoral; AE significa Autoritarismo Eleitoral; e AF significa Autoritarismo Fechado. “+” e “-“ assinalam tendências positivas ou negativas dentro de cada categoria de regimes.

Assim, considerando 25 países latino-americanos e caribenhos, e para o período entre 2006 e 2018, temos uma diminuição notável de Democracias Liberais (queda de 8 para 4 países). Um leve aumento de Democracias Eleitorais (de 14 para 16 países) e dos Autoritarismo Eleitorais (de 2 para 4 países). Finalmente, um único país continua sendo Autocracia Fechada.

Cumprindo observar que, na atualidade, as Democracias Liberais da América Latina e Caribe acontecem em países relativamente pequenos: Barbados, Costa Rica, Trindade e Tobago, e Uruguai. O grosso dos países da região estaria concentrado na categoria das Democracias Eleitorais (Brasil e outros). Preocupa o incremento do número de países na categoria de Autoritarismo Eleitoral: Haiti, Honduras, Nicarágua e Venezuela – algo

semelhante se pode afirmar da negativa tendência da Guatemala (DE-) –; bem como a peculiar situação do caso cubano.

Dependendo da perspectiva do analista, alguns poderiam afirmar que os indicadores eleitorais latino-americanos continuam sendo essencialmente positivos. Os retrocessos autoritários parecem ser pouco numerosos – e, com exceção da Venezuela, teriam acontecido essencialmente em países pequenos. Outros analistas mais pessimistas, entretanto, poderiam argumentar não somente que houve pouquíssimos avanços nas Democracias Eleitorais atualmente existentes, como também que o processo de erosão gradual ou silenciosa da democracia eleitoral – e até das anteriormente consideradas Democracias Liberais do Chile, Argentina e Jamaica – também poderia estar atingindo países de grande porte e influência intrarregional, inclusive no caso brasileiro, citado explicitamente no relatório do V-Dem Institute (2019, p. 23) nos seguintes termos:

No Brasil, o clima político tornou-se gradualmente mais polarizado no período após a eleição do populista de extrema-direita Bolsonaro como presidente em outubro de 2018. Em particular, o impeachment parlamentar da então presidenta Rousseff em 2016 e o arresto do ex-presidente Lula em 2017 devido a acusações de corrupção, espalharam agressivos debates e protestas massivas. Esses exemplos de deterioração do clima político agregam significativa erosão.

Em suma, a dimensão objetiva da crise da democracia latino-americana a nível interno sugere que o estoque total de Democracias Liberais tem diminuído. As Democracias Eleitorais ainda se mantêm em equilíbrio instável. Os Autoritarismos Eleitorais podem aumentar no futuro próximo (eis os casos da Guatemala, e possivelmente da Colômbia e da Bolívia); situação parecida com o Autoritarismo Fechado, caso países como Venezuela, Nicarágua ou Honduras continuem apresentando tendências claramente negativas (fortalecimento do Executivo, golpes promissórios, manipulação estratégica das normas eleitorais, etc).

A crise da democracia latino-americana a nível interno: dimensão subjetiva

A dimensão subjetiva da crise da democracia latino-americana a nível interno está diretamente correlacionada com o índice de apoio cidadão ao regime democrático. O

assunto é importante já que inclusive em democracias consolidadas – especialmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos – o referido apoio cidadão ao regime democrático está em acentuado declínio. A avaliação popular de muitas das mais importantes instituições políticas de orientação democrática – principalmente dos partidos políticos, dos parlamentos, do poder executivo, do poder judiciário e da justiça eleitoral – é quase sempre negativa. E no longo prazo, essa avaliação negativa dos governos e das instituições acaba repercutindo no próprio regime democrático – e indiretamente favorecendo eventuais alternativas autoritárias.

O mais recente relatório de Latinobarómetro (2018) sobre a evolução e o devir da qualidade da democracia no Brasil e em outros países latino-americanos é bastante preocupante e eloquente em relação ao declinante apoio cidadão ao regime democrático em nosso continente. Como mencionado anteriormente, após trinta anos gloriosos de avanços democráticos 1974-2004, a assim chamada Terceira Onda de Huntington terminou no continente. E conseqüentemente a referida onda de democratização estaria sendo substituída por uma onda reversa/autocratização. Observe-se que o zênite das democracias latino-americanas aconteceu entre 2004 e 2008. Na época, 18 países do continente – isto é, todos, com exceção do peculiar caso cubano – podiam ser considerados claramente de orientação democrática – isto é, Democracias Liberais ou então Democracias Eleitorais (conferir Tabelas 2, 3, 4 e 5).

Entretanto, desde a irregular interrupção do mandato de Manuel Zelaya em Honduras (2009), percebe-se uma persistente declinação do regime em numerosos países. A crise na qualidade das democracias latino-americanas está correlacionada a irregulares interrupções de mandatos, à corrupção, ao clientelismo/populismo, à insegurança pública, à deslegitimação de instituições, e à desafeição cidadã. O impacto dessas tendências negativas foi particularmente evidente nas dimensões do Estado de Direito, Igualdade/Solidariedade e Responsividade.

Tabela 4: O apoio cidadão à democracia por país e ano 2009-2018

	2009	2011	2013	2016	2018	Diferença
Paraguai	45	54	50	55	40	-5
Equador	43	61	62	67	50	+7
Argentina	64	70	73	71	58	-6
República Dominicana	67	65	60	60	44	-23
Brasil	55	45	49	32	34	-21
Uruguai	81	75	71	68	61	-20
Guatemala	14	36	41	31	28	+14
El Salvador	68	54	49	36	28	-40
Bolívia	71	64	61	64	53	-18
Colômbia	49	55	52	54	54	+5
Panamá	64	60	49	45	42	-22
Venezuela	85	77	87	77	75	-10
Peru	52	54	56	53	43	-9
Honduras	53	43	44	41	34	-19
México	42	40	37	48	38	-4
Costa Rica	74	65	53	60	63	-11
Chile	59	61	63	54	58	-1
Nicarágua	55	50	50	41	51	-4
América Latina	59	58	56	54	48	-11

Fonte: Latinobarómetro (2018, p. 16).

Tabela 5: Atitudes cidadãs diante da Democracia na América Latina, 2009-2018

	2009	2011	2013	2016	2018	Diferença
Democratas	59	58	56	54	48	-11
Indiferentes	18	18	20	23	28	+10
Autoritários	16	17	16	15	15	-1
Sem resp.	7	7	8	8	9	+2

Fonte: Latinobarómetro (2018, p. 21ss).

A erosão do apoio cidadão ao regime democrático na América Latina também se pode verificar nas atitudes dos entrevistados, considerados e classificados como Democratas, Indiferentes e Autoritários segundo suas respostas a questões estandardizadas e internacionalmente convalidadas. Assim, o declínio de atitudes claramente em favor da Democracia, complementa-se com um considerável incremento dos indiferentes, e com

uma estabilização dos autoritários e dos que não tem uma opinião sobre a temática. Os dados brasileiros são os seguintes: democratas 34%, indiferentes 41% e autoritários 14% (Latinobarómetro, 2018, p. 13ss; Avritzer, 2016; Miguel, 2016).

O declínio no apoio e na confiança na democracia e suas instituições mais fundamentais – bem como uma maior indiferença e também de atitudes favoráveis ao autoritarismo – apresenta persistentes resultados na opinião pública das coortes de cidadãos latino-americanos mais jovens (16 a 25 anos), entre as mulheres, e também nos setores de mais altos ingressos. Cumpre acrescentar que o aparente ceticismo no governo dos assim chamados *millenials* ou geração Z – isto é, dos cidadãos que nasceram por volta do ano de 2000; após as transições do autoritarismo à democracia – também foi identificado Roberto Stefan Foa e Yasha Mounk (2016) em países de Europa Ocidental e nos Estados Unidos.

Naqueles países com democracias consolidadas, os jovens e ricos expressavam alta e crescente desconfiança diante do governo, apoio a políticos populistas – inclusive a um eventual governo militar ou de homem forte (personalismo) –, e outras atitudes claramente antissistema. Evidentemente, a verificação dessas tendências de opinião pública comparáveis dos *millenials* no continente latino-americano acaba representando um desafio específico de estudo, pesquisa e eventuais iniciativas no campo da cultura política para diminuir o pessimismo e avançar no apoio explícito ao regime democrático, entendido como único e melhor regime político disponível para os povos latino-americanos e caribenhos (Linz e Stepan, 1999).

A crise da democracia latino-americana a nível internacional: dimensão objetiva

A crise das democracias atualmente existentes na América Latina reflete-se e vincula-se a tendências igualmente preocupantes de nível global – eis o fim da primavera árabe, populismos direitistas nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, democracias de baixa intensidade no mundo euroasiático (Malamud, 2019). Foi justamente nesse contexto de crise das democracias liberais e de esgotamento da terceira onda democratizadora de Huntington, que, em 2002, os cientistas políticos estadunidenses Steve Levitsky e Lucan Way propuseram o conceito de “autoritarismo competitivo” – termo bastante próximo do

Autoritarismo Eleitoral utilizado nos estudo do projeto Variedades da Democracia. Alguns anos depois, em 2010, Levitsky e Lucan Way aprofundaram o alcance explicativo e as dimensões básicas do conceito de autoritarismo competitivo e suas implicações no mundo todo, inclusive na América Latina. Mais recentemente, em 2018, Levitsky publicou, em coautoria com Daniel Ziblatt, o livro *Como as Democracias Morrem*, analisando a ascensão de Donald Trump, nos Estados Unidos.

Em termos operativos, o autoritarismo competitivo formaria um subtipo de regime político, próprio de democracias híbridas – isto é, de democracias nem totalmente consolidadas ou liberais, nem totalitaristas. Tratar-se-ia de regimes semidemocráticos, que combinam remanentes autoritários com instituições próprias das democracias liberais – por exemplo: eleições, sistemas de partidos, divisão formal de poderes, certas liberdades monitoradas. Nesse diapasão, os autoritarismos competitivos também acabam sendo afetados por pressões endógenas e exógenas.

As pressões endógenas estão vinculadas ao jogo interno das forças políticas, à qualidade das elites políticas, ao desempenho das instituições, à participação da sociedade civil, e as âncoras que enraízam o regime democrático na população. Neste tópico parece pertinente acrescentar que países relativamente pequenos, como Uruguai, Costa Rica, Barbados, Trindade e Tobago e Chile, têm apresentado melhores indicadores de qualidade democrática, especialmente de governança institucional (conferir Tabelas 2, 3, 4 e 5).

No que diz respeito às pressões exógenas, destaca-se a influência das grandes potências globais (Estados Unidos, China, Rússia, União Europeia), e das potências regionais (Brasil e México na América Latina). A influência destas potências com vínculos e interesses em determinadas macrorregiões podem acabar sendo decisivas para a tolerância em relação à emergência de governos autoritário-competitivos ou autoritarismos eleitorais.

Melis Gülboy Laebens (2019) acrescenta que a atual onda reversa/autocratização efetivamente se caracteriza por uma “gradual toma do poder” de parte de líderes políticos que tentam concentrar o poder e deteriorar os sistemas institucionais e republicanos de controle e verificação do governo. Na sua opinião,

No mundo contemporâneo, a maior ameaça para a democracia provém dos líderes elegidos sob as regras do jogo democrático, alguns deles procuram se apropriar gradualmente de poderes cada vez mais amplos. Estes líderes não somente chegam ao governo e nele se mantêm mediante eleições, também utilizam o apoio popular para alargar seus poderes. Paradoxalmente, eles instrumentalizam o processo eleitoral para dismantelar as normas e instituições que permitem que as eleições sejam justas e livres [p. 136].

A toma gradual do poder pelos governantes resulta em abusivas experiências de continuísmo, de personalismo, clientelismo, e corrupção eleitoral. Certamente, estes governantes tentam uma virtual captura do Estado, tornando-se virtuais *primus-inter-pares*. Naturalmente, essas hobbesianas e antirrepublicanas tendências de concentração do poder geram uma erosão da qualidade da democracia, especialmente em suas dimensões do Estado de Direito, da Prestação de Contas Inter-institucional, da Prestação de Contas Eleitoral, da Competição Política e da Responsividade. Eis os casos de Hugo Chávez, Daniel Ortega, Álvaro Uribe e Juan Orlando Hernández – sendo que alguns desses líderes formaram parte do denominado eixo bolivariano e outros do eixo conservador latino-americano (Casullo, 2019).

A crise da democracia latino-americana a nível internacional: dimensão subjetiva

Sob uma perspectiva de considerações de prestígio, de influência e de inserção internacional, o modelo democrático continua sendo predominante em mais da metade dos países do mundo – especialmente no continente americano, europeu e certos países afro-asiáticos. Contudo, percebe-se certo esmorecimento em algumas potências ocidentais com vínculos e interesses na América Latina, eis o caso do governo de Donald Trump. Sem pretender aprofundar excessivamente neste assunto, Levitsky e Ziblatt (2018) são bastante convincentes na crítica sobre algumas iniciativas claramente antidemocráticas do governo do atual titular da Casa Blanca. Dúvidas semelhantes poderiam ser observadas na política externa de certas potências europeias – especialmente na democracia iliberal de Viktor Orbán na Hungria.

Paralelamente, a eficiência interna e a prosperidade econômica alcançada em certos regimes claramente autoritários – China, Rússia, Irã, entre outros –, alguns destes

com importantes vínculos econômico-comerciais e político-ideológicos em numerosos países do continente latino-americano, acaba, também, gerando desafios e consequências – inclusive de natureza ética – sobre a formulação e implementação de políticas externas globais e regionais.

Paradoxalmente, em contraposição aos desígnios políticos de Trump, de Vladimir Putin e de Xi Jinping, um renovado progressismo ibero-americano poderia ser, novamente, um referente positivo no continente e no mundo. Com efeito, até recentemente (2005-2015), alguns países ibero-americanos conseguiram importantíssimos avanços político-sociais, econômicos e culturais – tudo dentro do cânone democrático. Tudo isso teve positivas repercussões intrarregionais e extra-regionais – a adoção de cláusulas democráticas em diferentes processos de integração regional é uma constatação desta preocupação coletiva.

Em benefício de seus povos e do prestígio do modelo democrático no continente e no mundo, parece evidente que os cidadãos-eleitores latino-americanos e caribenhos deverão assumir maiores responsabilidades para enfrentar e resistir de forma bem-sucedida à atual onda reversa/autocratização. Afortunadamente, a terceira onda reversa parece ser menos profunda, incisiva e radical que as anteriores. A necessária gradualidade, discrição e alguma responsabilização residual que governantes populistas ou de inclinação autocrática apresentam podem acabar resultando em oportunidades para reduzir, controlar e reverter as desaforadas pulsões despóticas (Avritzer, 2018).

Em outras palavras, queremos acreditar que ainda existem atores e propostas disponíveis para recompor o espaço público e deliberativo latino-americano. A negociação, a tolerância, a disposição ao compromisso e a possibilidade de oferecer concessões são atitudes que ainda tem ressonância na cultura política do continente. Algo semelhante pode vir a ser registrado no que diz respeito ao diálogo e civismo republicano, ao respeito pelos direitos humanos mais fundamentais, e à paz, à segurança e à concórdia intrarregionais (Levitsky e Murillo, 2012).

Cumprе acrescentar que, nesse esforço para recompor o prestígio do modelo democrático no continente e no mundo, as sociedades latino-americanas deverão fazer mais e melhor no campo da economia-política – especialmente para reduzir as terríveis desigualdades socioeconômicas – e na erradicação da violência criminal – lembre-se que o continente alberga aproximadamente 8% da população mundial, porém responde por

mais de 30% dos homicídios do planeta. Todavia, em alguns países ainda deverá ser finalizado o processo de constituição do Estado republicano, o que necessariamente implica um esforço fiscal básico e efetivo (Spitz, 2019; Schedler, 2019; Miguel, 2016).

Considerações finais

No meio de uma global onda reversa/autocratização iniciada por volta de 2006, as democracias latino-americanas têm demonstrado uma considerável resiliência. Ainda que não seja prudente ser excessivamente ingênuo ou simplesmente bem-intencionado, tampouco é correto cair em um inconsequente fatalismo ou pessimismo. A crise da democracias latino-americanas existe e deve ser encarada com seriedade, serenidade e persistência – tarefa particularmente relevante e significativa para os cientistas sociais do continente.

Em contraste com as desastrosas consequências político-sociais decorrentes do impacto da segunda onda reversa na América Latina – especialmente nas décadas de 1960 e 1970 –, e a julgar pelos dados de projetos globais ou regionais como V-Dem e Latinobarómetro, parece existir espaço, condições e possibilidades para conter e reverter as pulsações e ameaças autocratizantes.

Numerosos autores concordam que uma das principais ameaças ao regime democrático atualmente existente na América Latina está na qualidade da liderança, especialmente em políticos que procuram uma gradual toma do poder. Trata-se, como mencionado anteriormente, de líderes que conseguiram chegar pela via eleitoral, poucas vezes mudaram as regras e normas institucionais, e mantiveram um verniz de competição política multipartidária. Contudo, líderes populistas de esquerda e de direita em algumas oportunidades foram tentados a manter-se no poder mediante ações, iniciativas e processos informais, clandestinos, discretos, e finalmente antirrepublicanos. Os casos de Hugo Chávez na Venezuela, de Daniel Ortega na Nicarágua, e de Juan Orlando Hernández em Honduras, são alguns dos mais preocupantes – tanto pelas consequências endógenas quanto exógenas ou regionais (efeito bola-de-neve).

Todavia, é possível que a atual onda reversa/autocratização seja menos profunda, ampla e prolongada que as anteriores. Daí que inclusive em Democracias Eleitorais, bem como em Autoritarismos Eleitorais – e até no peculiar caso do Autoritarismo Fechado

cubano – seja possível e desejável contrapor-se à recessão, à ruptura democrática e/ou à consolidação autoritária. Naturalmente, os resultados destes complexos processos político-sociais dependerão fundamentalmente das sociedades civis latino-americanas; das lideranças locais e macrorregionais – isto é, das principais potências médias da região: Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia, e em menor medida também de países com alto prestígio democrático como Uruguai, Costa Rica, Barbados, Trindade e Tobago; além de outras nações do continente como Peru, Cuba e Venezuela –; e da responsabilidade das grandes potências com vínculos e interesses nos países do continente, principalmente dos Estados Unidos, da União Europeia, da China, do Canadá, da Rússia, e do Japão.

Em suma, provavelmente sem ter uma plena consciência de estar no meio de um poderoso e destrutivo furação – isto é, da terceira onda reversa/autocratização –, as democracias latino-americanas têm demonstrado na última década uma significativa e até surpreendente resiliência. Longe de pretender impulsionar um inconsequente ufanismo ou simples ingenuidade, a presente comunicação considera urgente e necessário que os atores político-sociais mais representativos dos diferentes países do continente assumam maiores responsabilidades em relação ao devir do regime político, saibam reconhecer suas fortalezas e fraquezas, e implementem políticas públicas orientadas a elevar a qualidade das democracias atualmente existentes (Morlino, Pachano e Tovar, 2017).

Outrossim, salvo melhor interpretação, também é importante avançar no sentido de um maior e mais profundo enraizamento do regime democrático sob a perspectiva dos diferentes estratos e classes sociais. O referido enraizamento é importante especialmente diante da constatação de um persistente agrupamento de cidadãos que se manifestam de forma Indiferente ou francamente Autoritária diante da situação político-social dos diferentes países do continente – lembre-se que, tomadas em conjunto, essas condutas indiferentes e autoritárias representam mais de 40% da opinião pública latino-americana (Latinobarómetro, 2018; conferir Tabela 5).

A esse respeito, parece pertinente lembrar que a noção de “idiota” surgiu na antiga Grécia justamente para designar aos indivíduos apáticos, indiferentes ou insensíveis diante dos problemas e vicissitudes da polis. Nessa linha de argumentação, e corroborando a hipótese de trabalho apresentada na Introdução do artigo, conclui-se que o enraizamento da democracia nos países latino-americanos também dependerá de uma renovação do compromisso individual e coletivo para com os princípios e valores do

civismo, do republicanismo e do bem comum. Somente assim a democracia continuará sendo “o único jogo disponível na polis” (Linz e Stepan, 1999).

Referências bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil. *Novos Estudos*, 37 (2), 2018, p. 273-289.

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTALDO, Antonino. A crise da democracia/ Uma revisão seletiva do debate acadêmico atual. *Relações Internacionais*, 59: 9-27, 2018.

CASULLO, María Esperanza. Líder, héroe y villano: los protagonistas del mito populista. *Nueva Sociedad*, 282 (Julio-agosto): 57-68, 2019.

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Edunb, 2016.

FOA, Roberto, e Yascha Mounk. The Danger of Deconsolidation. *Journal of Democracy*, 27 (3): 5-17, 2016.

HUNTINGTON, Samuel. *A Terceira Onda. Democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

LAEBENS, Melis. Enemigos internos: democracia y amenazas de autocratización. *Nueva Sociedad*, 282 (Julio-agosto): 135-147, 2019.

LATINOBARÓMETRO. *Informe Latinobarómetro 2018*. Buenos Aires: Corporación Latinobarómetro, 2018.

LEVITSKY, Steve, e Daniel Ziblatt. *Como as Democracias Morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEVITSKY, Steve, e María Victoria Murillo. Construyendo instituciones sobre cimientos débiles: lecciones desde América Latina. *Polítai*, v. 3, n. 5: 17-44, 2012.

LEVITSKY, Steve, e Lucan A. Way. *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LEVITSKY, Steve, e Lucan A. Way. The Rise of Competitive Authoritarianism. *Journal of Democracy*, vol. 13, n. 2 (April): 51-65, 2002.

LINZ, Juan, e Alfred Stepan. *A Transição e a Consolidação da Democracia: A experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LÜHRMANN, Anna, e Staffan I. Lindberg. A third wave of autocratization is here: what is new about it? *Democratization*,

MALAMUD, Andrés. ¿Se está muriendo la democracia? *Nueva Sociedad*, 282 (Julio-agosto): 30-42, 2019.

MECHKOVA, Valerya, Anna Lührmann, e Staffan I. Lindberg. How Much Democratic Backsliding? *Journal of Democracy*, vol. 28 (October): 162-169, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. *Desigualdades e Democracia: O debate da teoria política*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MORLINO, Leonardo. *Changes for Democracy: Actors, Structures, Processes*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MORLINO, Leonardo, Simón PACHANO, e Jesús TOVAR (orgs.). *Calidad de la Democracia en América Latina*. Curitiba: CRV, 2017.

MURILLO, María. Democracia, intereses y estatus en América Latina. *Nueva Sociedad*, 282 (Julio-agosto): 110-120, 2019.

SCHEDLER, Andreas. Solidaridad ciudadana en democracias violentas. *Nueva Sociedad*, 282 (Julio-agosto): 83-97, 2019.

SPITZ, Jean-Fabien. El capitalismo democrático: ¿el fin de una excepción histórica? *Nueva Sociedad*, 282 (Julio-agosto): 70-82, 2019.

V-DEM INSTITUTE. *Democracy Facing Global Challenges/ V-Dem Annual Democracy Report 2019*. Gotemburgo: University of Gothenburg, 2019.